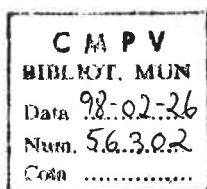


ANTÓNIO GOMES DA COSTA

COMUNIDADES

**PALESTRA PRONUNCIADA
NO
"LEAL SENADO"
EM
9.Setembro.1997**

**MACAU
1997**



COMUNIDADES

Chegamos ao crepúsculo do século XX e assistimos à formação e ao desenvolvimento de grandes blocos de países, como a União Europeia, o NAFTA, a Asean, o Mercosul, a CEI, a APEC e outras uniões de âmbito regional. As fronteiras perderam a importância dos velhos tempos; os nacionalismos, que estiveram na origem de tantas guerras e de tantas crispações internacionais, dissolveram-se na demarcação dos novos conjuntos e saíram de moda; e os Estados, mesmo os mais fortes, não prescindem de parcerias e de mercados. Como consequência destas mudanças, um novo ordenamento passou a vigorar no cenário mundial.

Sublinhe-se, a propósito, que a idéia de comunidade não é uma idéia recente. A Comunidade Britânica, por exemplo, foi criada em 1926 e reunia os países e os territórios que constituíam o Império de sua Majestade e estavam ligados por uma solidariedade voluntária, traduzida na cooperação econômica, política e cultural. A Comunidade Franco-africana começou com a V República, nos anos 50, e era formada pelas antigas colônias e departamentos ultramarinos, aos quais se juntaram outros países da África que mantinham relações especiais com a França, como o Congo, a Costa do Marfim, o Daomé, o Alto Volta, a Mauritânia, a Nigéria e os Camarões. Mais tarde, o governo de Paris firmou entendimentos com o Mali e o Togo para estes integrarem também a Comunidade e os Acordos de Evian, em 1962, fixaram regras de cooperação entre a Argélia e a França.

A primeira referência à Comunidade Luso-Brasileira, num documento oficial, encontramos-la no Tratado de Amizade e Consulta, subscrito pelos dois países em 16 de novembro de 1953. "As altas partes contratantes - dizia o texto - comprometem-se a estudar, sempre

que oportuno e necessário, os meios de desenvolver o progresso, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira." Por certo, muito antes dessa referência a Comunidade já existia como complexo cultural, étnico e afetivo entre os dois países. Definiam-lhe o contorno os políticos e os intelectuais; procuravam-lhe o conteúdo os agentes diplomáticos; invocavam-lhe as virtualidades os apologistas de uma aliança atlântica. Todos se lembram que antes da Independência, o próprio José Bonifácio, o Patriarca, nas Instruções de 1821, dirigidas aos deputados às Cortes de Lisboa por S. Paulo, preconizava a igualdade de direitos entre brasileiros e portugueses. E pouco tempo depois, em 13 de maio de 1825, D. João VI, na carta-patente em que legitimava a separação dos dois Estados, reconhecia que "os naturais do Reino de Portugal e seus domínios serão considerados no Império do Brasil como brasileiros, e os naturais do Império do Brasil, no Reino de Portugal e seus domínios, como portugueses".

Não obstante estes e outros antecedentes, a verdade é que só depois da 2ª Grande Guerra, com a iniciativa de Robert Schumann e de Jean Monnet de construirem a integração da Europa, começamos a dar um sentido mais pragmático ao conceito de comunidade. Alguns países, para acabar com as rivalidades políticas e os conflitos comerciais, resolveram estabelecer mecanismos de cooperação e unificar tarifas alfandegárias; entenderam-se para definir políticas harmônicas para a produção agrícola e os transportes; passaram a permitir a livre circulação de pessoas, de bens e de capitais; aproximaram as legislações e regularam os sistemas produtivos, criando, dessa forma, as bases de um mercado comum. Mais tarde, o processo de integração foi aprofundado, tanto no plano político como no social, e surgiram novas convergências a apontar para um regime federativo, que ainda não veio, para uma cidadania europeia, que não está longe, e para a moeda única, que entra em vigor daqui a pouco.

Na Europa, até se chegar ao Tratado de Maastricht, passaram-se dezenas de anos. E o fator geográfico foi a determinante do projeto comunitário. O mesmo aconteceu com o NAFTA e o MERCOSUL, criados, um e outro, em anos mais recentes. São uniões que se formaram a partir da contiguidade dos territórios e dos acordos econômicos: o Canadá, os Estados-Unidos e o México, no primeiro caso; o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, no segundo. E se no "velho continente", mesmo no esboço inicial da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço não havia uma Língua comum aos Estados-membros (e muito menos depois, com as novas adesões, quando foi ampliado o número de subscritores do Tratado de Roma) também no NAFTA e no MERCOSUL não existiu, nem existe, a força aglutinadora e plástica do idioma. Pelo contrário: prevalecem diferenças culturais de difícil absorção, cuja origem remonta a civilizações antigas, ou aos processos diferentes de colonização. No espaço da União Europeia existem 13 línguas distintas; no NAFTA, temos o Inglês e o Castelhana; no Mercosul o Português e a Língua de Cervantes.

Estamos a destacar estas coordenadas para concluir que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, motivo central deste apontamento, tem algumas singularidades que a diferenciam, nos vigamentos e na arquitetura, de outros organismos semelhantes. A primeira, é o idioma como patrimônio partilhado pelos 7 Estados-membros; a segunda, é a descontinuidade geográfica - Portugal está na Europa; o Brasil, na América do Sul; Angola e Moçambique na África austral; Guiné-Bissau na África equatorial e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe formam arquipélagos no Atlântico; a terceira, é a convivência e a solidariedade que durante vários séculos nos marcaram por compartilharmos o conhecimento das origens.

Dentro desta perspectiva é que se costuma dizer que qualquer Comunidade é como o casamento - é bom enquanto dura; mas a Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa, como projeção da nossa maneira de estar no mundo, essa não tem porque não dar certo, pois muito antes de ser consubstanciada nos seus atos constitutivos, assinados em Lisboa em julho de 1996, já latejava na alma de nossos povos. Uma norma do Tratado de Paris ou do Tratado de Roma; um dispositivo do Tratado de Assunção ou do Tratado de Ouro Preto; uma diretiva da Comissão Europeia, sobre a gordura da manteiga da Holanda, ou sobre o teor de acidez do azeite produzido nos países mediterrânicos; um compromisso da política externa para acabar com arsenais de rivalidades - tudo pode ser mudado, desaparecer ao sabor das conveniências ou descumprir-se conforme as circunstâncias, sem que se atinja o cerne da identidade de um povo e se faça letra morta de sua soberania. Mas já não se podem mudar, ou substituir, os nexos sentimentais, históricos e linguísticos que unem brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, saotomenses, caboverdianos, tomorenses, goeses e macaenses. É possível alterar os desenhos das notas do euro, quando este circular, ou a embalagem e as especificações de um produto industrial, mas jamais se vai conseguir que as palavras que usamos para dizer de nossas emoções e exprimir nossos pensamentos, para nos entendermos com nossos irmãos, para rezarmos ao nosso Deus, sejam mudadas por ordem do Parlamento de Estrasburgo, por uma lei do Congresso norte-americano, por interesse de um país mais rico ou por imposição dos tecnocratas de um banco central.

Ao fazer estas colocações queremos dizer o seguinte: com a globalização e o término da "guerra fria", vivemos um ciclo assinalado pela tendência irresistível dos países de formarem blocos, para defender melhor seus interesses, para potencializar mercados, para elevar o padrão de vida dos cidadãos, para terem nos foros internacionais um poder maior de persuasão e de voto. Vários elementos podem influir na montagem desses blocos: a contiguidade geográfica, os valores

culturais e linguísticos, as afinidades históricas ou a herança dos antigos impérios coloniais.

Dentro desta engenharia, o mundo de hoje já está dividido em vários conjuntos, uns mais simples, outros mais complexos, uns a funcionar em pleno, outros apenas esboçados pelas chancelarias: é a União Europeia, é o NAFTA, é o MERCOSUL, são os "tigres asiáticos", é a CPLP e assim por diante.

Como era inevitável, os objetivos políticos e econômicos foram os primeiros a serem levados em conta na formação destes espaços, mas a sua evolução fez com que, nalguns casos, outras dimensões passassem também a ser importantes: a coesão social e a equivalência dos currículos escolares, a pesquisa científica e as leis da emigração, a parceria tecnológica e o combate à criminalidade. É o que já vemos na Europa comunitária: do simples acordo de tarifas ou da marcha para a integração econômica da concepção inicial de Schumann e Monnet, passou-se para outras áreas, desde a política à segurança, do controle de fronteiras à cooperação, da formação profissional à pesquisa científica.

É neste cenário de mudanças - e quando ocorrem mudanças existem sempre riscos de crise - que nos podemos perguntar: e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem motivos para existir e condições para andar?

À primeira parte da pergunta, responde-se com facilidade. Com certeza que os tem - e não é necessário recorrer ao artificialismo de esquemas diplomáticos ou aos jogos do poder. E esses motivos não estão cingidos à vertente econômica, ou às vantagens de um mercado comum. São motivos que se alicerçam na Língua, que fluem de afinidades históricas e de uma permuta contínua de valores e de cruzamentos entre os povos da lusofonia.

O embrião dessa comunidade encontramos-lo, no século XIX, a nível luso-brasileiro, com as facilidades que os dois países começaram

a conceder-se reciprocamente. A bilateralidade do organismo na época, era uma consequência das colônias africanas estarem ainda sob o domínio da metrópole de Lisboa e, como tal, usufruíam dos mesmos estatutos. Mas o importante é que se foi formando um elenco de objetivos a cobrir praticamente todos os domínios das relações entre Portugal e o Brasil, desde a aquisição da nacionalidade à norma ortográfica, das relações de trabalho ao estatuto da igualdade de direitos, e que só não foram ampliados porque os "amúos" em família, ou eventuais acidentes de percurso acabaram por prejudicar projetos e experiências que só mais tarde, reconhecemos que poderiam ter sido decisivos para dar ao espaço da lusofonia um outro relevo e evitar rupturas que se verificaram.

A independência dos territórios africanos na década de 70 - e não podemos esquecer que, a certa altura, a política ultramarina praticada pelo antigo regime português impediu que os azimutes de uma comunidade afro-luso-brasileira avançassem, conforme preconizava, entre outros, o Presidente do Senegal, Leopold Senghor, veio abrir possibilidades para que a idéia da Comunidade voltasse à lide, já não mais com os dois países, mas com os sete.

Esse espaço da lusofonia, para além das variantes culturais e linguísticas, ou da descontinuidade dos territórios, representa, portanto, por si só, uma base privilegiada para a formação da teia de interesses e de "cumplicidades" que começa com a cooperação e termina com esta síntese admirável que se encerra numa única frase: é em Português que nos entendemos.

Mas se ninguém ousa rebater o contorno legítimo e natural da Comunidade dos Países lusófonos, tão espontânea e coerente ela se apresenta, não falta quem ache difícil que venha a sair do lugar, ou possa ser instrumentalizada de forma eficaz. Temos a moldura, dizem uns, mas não a ferramenta; a CPLP é uma festa, mas não é uma forja; e nessa

toada pessimista vão-se perdendo entusiasmos e confiança nas próprias energias e no próprio destino. Em termos comerciais, continuamos com um volume de negócios incipientes e porque pertencemos a blocos distintos, ou porque temos economias de reduzida complementariedade, não criamos mecanismos para facilitar e promover o intercâmbio entre os Estados-membros. Em termos de investimentos, nunca deixamos de ser países importadores de capitais e só esporadicamente saímos para o exterior - como aconteceu, no final dos anos 80, quando alguns grupos brasileiros, com a instabilidade política e a deterioração inflacionária, foram instalar-se na plataforma portuguesa para chegar com mais facilidade ao Mercado Comum Europeu; ou como aconteceu com Portugal no ano passado, ao adquirir algumas fábricas cimenteiras ou ao entrar nas privatizações no Brasil. Em termos culturais, faltam-nos políticas consistentes e recursos financeiros para desenvolver ações de grande alcance capazes de entrelaçar valores, de difundir a Língua, de articular os programas de ensino e de combater as influências, de fóra para dentro, de outras culturas, que vão ocupando espaços cada vez maiores e afetando os "gens" e os "patterns" de uma portugalidade difusa pelo espaço da lusofonia. Finalmente, em termos políticos, onde as declarações de solidariedade são mais frequentes, não temos porque esconder os desencontros nos dares e tomares, que, se outro mal não causassem, passam para a opinião pública, a idéia de que a fraternidade só existe nos discursos e só funciona quando das visitas dos governantes. Veja-se, como exemplo, o caso dos profissionais brasileiros em Portugal, a enfrentar resistências de natureza corporativa que sequer levam em conta o fato de milhões de portugueses terem emigrado para o Brasil, ao correr das gerações, sem que este lhes tenha inquirido pelo diploma do curso e negado um posto de trabalho; ou as leis restritivas à emigração dos africanos; ou, ainda agora, a oposição levantada pelos deputados socialistas na Assembléia da República à emenda

constitucional que assegurava a reciprocidade de direitos aos brasileiros residentes em Portugal, bem como aos cidadãos dos países africanos de expressão oficial portuguesa. Mas, para não falarmos apenas de flores, anote-se, se não a ambiguidade, pelo menos o pequeno empenho da diplomacia brasileira na defesa da autonomia de Timor-Leste, mais interessada em preservar as relações econômicas com a Indonésia do que em defender a causa do povo maubere; ou a entrada de Moçambique na "Comunidade Britânica"; ou a passividade de Guiné-Bissau perante o cerco da francofonia; e assim por diante. Mas, de tudo o mais grave, foi a ausência que se sentiu durante anos a fio de uma "frente conjunta" de Portugal e do Brasil para restabelecer a paz e a reconciliação interna em Moçambique e em Angola. É bem verdade que Portugal, nos anos mais recentes, participou das várias tentativas que se fizeram para se firmar a trégua entre o MPLA e a UNITA e desempenhou até um papel importante, sobretudo para se fechar o acordo de Bicesse, ou até mesmo o Protocolo de Lusaka. Fê-lo, entretanto, junto com os representantes das Nações Unidas, da América e da União Soviética, e nunca se falou, nem no processo de paz de Moçambique, felizmente já terminado, nem no processo de paz de Angola, ainda tão precário, de um esforço conjunto, persistente e determinado, ou luso-brasileiro, ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, antes ou depois desta ser formalmente estruturada.

Não adianta chorar, entretanto, sobre o leite derramado. Graças à iniciativa do ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira, um novo projeto da Comunidade foi lançado, com as virtualidades de sempre e com o compromisso dos governos de lhe darem uma substância política mais forte e um conteúdo prático mais ajustado aos desafios do nosso tempo e às realidades dos Estados-membros. Sabemos que não é fácil avançar em muitos quadrantes. Nos foros internacionais sempre que a CPLP contrariar interesses de terceiros, ou quiser impor-se como um

bloco legítimo e com aspirações próprias, encontrará certamente oposições. No âmbito econômico, nem se fala. Existem grupos poderosos implantados que não fazem cedências e são muitas as limitações naturais à cooperação, isso para não falarmos da pobreza e do desmantelamento dos sistemas produtivos dos países africanos. Na área da cultura já nos referimos às dificuldades resultantes principalmente da insuficiência de recursos e de quadros. Enfim, podemos afirmar sem margem de erro que a CPLP não terá vida fácil nos próximos anos. Se fosse uma construção artificial, resultante da criatividade dos políticos ou costurada pelas chancelarias, vaticinaríamos que seria um organismo acadêmico, próprio para os arroubos da retórica e para os encontros esporádicos. Mas como os seus fundamentos são profundos e eternos - e dizemos eternos porque se a CPLP desaparecer haverá sempre de retornar, com outro nome ou com outro formato, pelo menos enquanto se mantiver vivo o idioma de Gil Vicente e de Fernando Pessoa, de Machado de Assis e de Mia Couto, de Pepetela e dos poetas caboverdianos da "Claridade" - estamos seguros de que as oposições e os desvios, as dificuldades e os esmorecimentos serão ultrapassados desde que os governos se disponham a investir na Comunidade e a transformá-la numa das prioridades e metas da sua política externa.

Há poucos dias lemos uma entrevista de Jacques Le Goff, discípulo de Braudel e um dos mais notáveis historiadores da atualidade. A certa altura da entrevista o autor do "Nascimento do Purgatório", referia-se à construção da Europa feita de pátrias, para se evitar a tentação de construir uma "supernação" europeia. E disse uma frase que nos impressionou. Temos consciência de que um dos grandes problemas do século XXI será o das relações inter-culturais. É um dos aspectos de mais longo alcance daquilo a que se convencionou chamar de globalização. Os movimentos migratórios e os contatos entre as várias culturas, um fato que começou no século XVI, estão a ponto de se acelerar.

Felizmente, as ondas migratórias são menos agressivas, menos guerreiras que no passado, mas podem chegar a gerar situações perigosas e dramáticas. Este será, sem dúvida alguma, um fenômeno essencial. E se quisermos solucionar o problema, se quisermos evitar a incompreensão, a guerra, o genocídio, é preciso preparar os povos e as culturas para a única via possível de paz e de justiça, que não é outra senão a da mestiçagem. Até aqui as palavras do historiador. E ao refletir sobre elas damos conta de que talvez não haja outro organismo onde o encontro de culturas e o cruzamento de etnias estejam mais evidentes do que no território da CPLP. Afinal foi essa a vocação do homem português quando, a partir de Sagres, saiu a rasgar oceanos, a descobrir terras e a ter contatos com outras civilizações; afinal é isso que vemos na formação do Brasil, no cruzamento de raças, no sincretismo de religiões, na mistura de sangue, na maneira de ser de seu povo; afinal é isso que comprovamos nos dialetos crioulos e noutras variantes linguísticas; afinal é isso com que nos deparamos na África, é isso que nos emociona em Malaca com o "papiá cristão" e em Goa com os resquícios de uma presença portuguesa; é isso que nos sensibiliza em Macau, com o seu encantamento e o seu testemunho de coexistência e onde, como escreveu Antonio Aresta, se cumprem pedaços da história de dois mundos geograficamente tão afastados um do outro.

Quase sem querer chegamos neste enfoque a uma abrangência da qual nós mesmos nos penitenciamos muitas vezes: ao invés de tratarmos pragmaticamente da cooperação e de investimentos, de trocas de experiências e de facilidades que favoreçam os cidadãos no seu dia a dia, do comércio e de projetos tecnológicos, da difusão da Língua e do intercâmbio universitário, já estamos, na esteira de Jacques Le Goff, a ver na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa uma via de paz e de justiça pelo exemplo da mestiçagem e pelo sincretismo de culturas que a individualiza e enriquece. É um pouco do nosso sonho do "V Império" e

do sentido universalista do português. Mas não foi por aí - havemos de perguntar - que, segundo a teoria dos mitos e arquétipos, Portugal encontrou as três razões para a sua existência como nação? A primeira dessas razões era vencer o poderio mouro em toda a costa atlântica da Península Ibérica, a fim de facilitar a passagem dos cruzados em direção ao Mediterrâneo; a segunda, era a cristianização do mundo e a terceira, ainda por confirmar, era a que nos move em relação ao futuro, como escreve Rainer Daehnhardt, ao demonstrar, pela leitura da cruz templária, que ainda temos uma missão a cumprir. E é em cima das palavras desse mesmo autor, livres de qualquer pendor exotérico, mas acreditando vivamente na portugalidade, como sentimento, como nostalgia e como vontade, que terminamos, fazendo nosso ato de fé, por acréscimo, também na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: podem nos tirar as terras e impor outro passaporte; podem abafar a nossa voz e esquecer o nosso passado; podem destruir as naus e virar-nos o sentido do imaginário - mas não podem é arrancar a nossa alma.

A. Gomes da Costa

Palestra pronunciada no "Leal Senado"
de Macau em 9.10.97.

